

OS NEGROS E A HISTÓRIA: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO MARXISTA

MODESTO CORNÉLIO BATISTA NETO
GEDEN/UFERSA
modesto.neto@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho, dividido em três partes, busca, em um primeiro momento, estabelecer e esclarecer a relação entre capitalismo, escravidão e história para fazer um balanço historiográfico dos negros na história da cidade de Angicos, Região Central do Rio Grande do Norte, Brasil, colocando em relevo a falsificação histórica e os processos de silenciamento do povo negro, empreendidos por memorialistas como Aluizio Alves. Amparado na obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, buscamos, por fim tecer uma breve crítica à ideologia da democracia racial e mostrar a letargia do processo de integração da população negra na sociedade de classes contemporânea.

Palavras-chave: Povo negro; história; Angicos.

HISTÓRIA, CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO

A sociedade e a história são atravessadas por projetos que disputam um lugar no espaço político, uma menção honrosa no desenvolvimento da marcha humana. Os projetos que têm prevalecido nesta disputa têm sido obviamente o empreendimento dos vencedores. A história burguesa e positivista, que narra o percurso de vida de reis, nobres e líderes (religiosos e políticos) só tem reservado às massas notas de rodapé insignificantes. Este trabalho contraria a corrente que faz da história, apenas o reflexo da biografia de alguns poucos notáveis.

Do berço da civilização grega à história contemporânea, apenas os eleitos tem permanecido nas citações perduráveis. A história das guerras tem sido a narrativa de generais e estrategistas, não a dos soldados no *front* de batalha. A história das eleições sem sido o percurso dos vencedores, não das forças populares e movimentos de massa.

A história das grandes construções humanas é atribuída aos grandes pensadores, não às forças que empreenderam imenso trabalho para realizá-la. O colonizador tem vencido e imprimido sua versão da história no tempo. Os povos, permanentemente, têm sido invisíveis.

Na perspectiva do marxismo, os povos são a força máxima do desenvolvimento social e histórico. Na concepção científica do materialismo histórico e dialético, “las

masas son los principales artífices de la historia” como define George Novack (1975, p. 11), teórico marxista da Harvard University. Esta concepção de ciência que adotamos não apenas supera, como é a antítese das noções gêmeas do idealismo e do elitismo que aponta grandes homens, deuses e pensadores como os fatores da história.

No Brasil, os negros foram utilizados à exaustão como força de trabalho escravo. Foram os responsáveis pela constituição de imensas fortunas no triângulo comercial que envolvia a África de onde os escravos eram arrancados. Assim, era o Brasil a colônia produtora de gêneros agrários e Portugal e a Europa, o centro exportador e consumidor de manufaturas. Entretanto, além da força de trabalho, a contribuição do povo negro para a formação do Brasil teve marcas importantes nas dimensões da cultura e da sociabilidade, embora ofuscadas pelos aparatos culturais hegemônicos.

As tradições negras como a religiosidade, a música e a dança sobreviveram à escravidão, que teve início na primeira metade do século XVI, com a produção do açúcar no Brasil. Ao longo dos séculos, essas tradições intercambiaram-se com as matizes culturais indígenas e europeias, constituindo o arcabouço sociocultural brasileiro. Contudo, os elementos étnicos indígena e africano foram expurgados pelo projeto social do colonizador europeu. O processo colonizador dirigido pelo europeu, branco e católico negou ao índio a sua identidade e civilização, enquanto que ao negro foi negada a existência da própria alma. A violência desumana legitimada pelo Estado português foi usada sem limites racionais como o principal instrumento “pacificador” no sentido de debelar qualquer tipo de desobediência aos usurpadores da terra recém-conquistada, qualquer rebeldia contra os colonizadores poderia ser paga com a vida.

As violações aos povos oprimidos como os negros não se restringiram nem se restringem aos castigos físicos e morais marcados pela escravidão do passado e pelo genocídio patrocinado pelo Estado policial na atualidade. O terrorismo psicológico e simbólico contra a população negra atravessaram os séculos e continuam presentes como sequelas do processo histórico da escravidão que no Brasil só teve seu fim formal em 1888. As violações em curso contra o povo negro são muitas, embora muitas sejam difíceis de caracterizar. O certo é que além da escravidão e do genocídio do povo negro, a história de resistência e luta negra tem sido apagada.

A história enquanto narrativa, como define o historiador inglês Keith Jenkins (2004), constrói um discurso científico que, embora não crie o mundo, lhe atribui significados e sucessivamente consequências. Há pouco tempo, a narrativa histórica passou a pautar o percurso do povo negro, embora ainda existam enorme ignorância e

desinformação, que legitimam patologias sociais e aberrações como o racismo. Neste sentido, se “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” como afirma Bloch (2001, p. 65), acertadamente essa ignorância motiva todos os tipos de preconceitos. Alicerçado nos preceitos da democracia racial e da meritocracia, desconhecendo por completo as condições materiais em que vivem os povos que tem oportunidades sistematicamente negadas, surgem articulados discursos segregacionistas que naturalizam a situação dos negros e perpetuam a lógica da negação de direitos básicos.

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO: A FALSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

No Brasil e no Nordeste, alguns valiosos trabalhos acadêmicos têm versado a problemática social do negro. Dentre as mais extraordinárias obras das ciências sociais, para nós a referência máxima e fonte inesgotável de inspiração sobe a questão do negro tem sido o livro intitulado *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1978). O livro é essencial para entender as dinâmicas e o funcionamento do preconceito de cor na sociedade moderna do capitalismo-competitivo entre meados do século XX e a atualidade, fornecendo-nos instrumentos metodológicos e interpretativos da realidade, assentado em um inequívoco rigor científico que não perde de vista o horizonte político prático da luta pela emancipação humana.

É valendo-se da contribuição de Florestan Fernandes como um diapasão que este trabalho afina-se à ótica do materialismo histórico, na busca central de entender o funcionamento das relações entre as instituições das estruturas sociais com o povo negro, suas dinâmicas e negações, no processo de integração do negro na sociedade contemporânea, fazendo assim um balanço crítico da historiografia sobre o lugar do negro na história. O lugar onde desenvolvemos esse trabalho é o município de Angicos, região Central do Rio Grande do Norte, Brasil. Uma das principais justificativas dessa escolha é o fato da cidade ser proporcionalmente a que apresenta a maior população negra do Estado potiguar. Segundo os dados do último censo do IBGE de 2010, 15,03% da população é negra.

Entre o fim da escravidão formal e a atualidade, passaram-se quase 130 anos. Neste espaço de tempo, o Brasil e o mundo atravessaram grandes mudanças que transformaram todas as relações humanas. A globalização capitalista mudou o formato

da comunicação entre os homens, sua relação com o consumo e o mundo do trabalho, modernizou a exploração dos trabalhadores e o domínio das elites. Entre a escravidão e a contemporaneidade, o capitalismo aperfeiçoou seus instrumentos de dominação e se tornou incapaz de atender aos anseios humanos. “Num sistema econômico baseado na exploração do homem pelo homem, não há como conciliar o atendimento das necessidades das pessoas com a lógica do mercado”, é como define em síntese Gennari (2008, p. 14), o que também é o nosso entendimento.

Antes de buscar caracterizar o lugar das violações aos negros na historiografia de Angicos, é preciso ter em vista dois elementos. Primeiro, é preciso entender que a temática do povo negro nunca foi objeto de uma pesquisa historiográfica ou sociológica publicada e que mesmo as narrativas historiográficas sobre a cidade contam com um número muito limitado de publicações. São poucos os autores que se dedicaram a estudar a história do município, embora alguns trabalhos recentes sejam apontamentos de estudos que podem contribuir para compreender a história do município.

O projeto de pesquisa e extensão intitulado “*Angicos: suas famílias, seus mitos, sua história*” teve início em 2011 e é sediado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa, coordenada pelo filósofo Francisco Ary Fernandes de Medeiros²⁰¹ e pela historiadora Cacilda Machado²⁰², apresenta as limitações e não ambiciona a constituição de uma História Geral da cidade, abarcando os vários aspectos e dimensões da sociedade. Contudo, ainda é o que existe de mais rigoroso sobre a historiografia local.

A metodologia da história oral constitui uma das ferramentas do projeto “*Angicos: suas famílias, seus mitos, sua história*” e cumpre um papel fundamental de assegurar a preservação da memória dos homens e mulheres sobre suas famílias e sobre a cidade, no arquivamento de entrevistas realizadas por Ary Medeiros. Esse trabalho garante a preservação da história oral e possibilita uma valiosa fonte de dados para pesquisadores interessados na história da cidade e fornece uma ferramenta para construção de uma historiografia contra-hegemônica e antirracista, diferenciando-se da

201 Francisco Ary Fernandes de Medeiros é doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho e professor da UFRJ. Dentre os vários empreendimentos acadêmicos, Ary Medeiros coordenou uma série de atividades e projetos de pesquisa e extensão em comunidades pobres com ênfase na questão da cidadania.

202 Cacilda da Silva Machado é doutora História Social pela UFRJ, onde também atua como professora. Entre 2008 à 2010 foi a Coordenadora do Grupo de Trabalho História e População da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). É uma das estudiosas brasileiras sobre a questão da escravidão, o título de sua tese é “A Trama das Vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social”.

que é praticada pelos principais autores da cidade. Note que o próprio Florestan Fernandes recorreu a coligir entrevistas de líderes do movimentos negro e trabalhadores, proporcionando que essas vozes atravessassem o silêncio de uma historiografia branca e hegemônica.

Alguns trabalhos acadêmicos relevantes e recentes, que versam sobre a cidade, merecem ser citados. Em sua grande maioria, essas pesquisas tratam da experiência pedagógica liderada pelo educador Paulo Freire através do projeto de alfabetização de adultos que ficou conhecido como “As 40 horas de Angicos”, que teve início em 1963. Vale destacar que em 1963, Angicos tinha pouco mais de 9 mil habitantes, dos quais 75% eram analfabetos²⁰³. É natural e justo que um experimento apontado como revolucionário e coordenado por uma das principais figuras da educação e da intelectualidade brasileira resulte em numerosos estudos. Seria inviável citar todos esses estudos, mas é absolutamente certo afirmar que Paulo Freire e a história produzida sobre seu método ocupam uma página inapagável na história do desenvolvimento da educação, especialmente em Angicos.

Aqui, citamos rapidamente a historiografia produzida sobre a experiência do método Paulo Freire, com a clareza que é impossível falar da história local de Angicos sem mencioná-lo. O diretor do Instituto Paulo Freire, o educador Moacir Gadotti (2013), em artigo intitulado “*Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois*”, apresenta o experimento inovador em Angicos e seus frutos, mas ressalta a necessidade de eliminar o analfabetismo neste começo de século XXI no Brasil. Apesar dos vários trabalhos que versam sobre a questão da educação em Angicos, estes não tiveram uma preocupação especial com o drama da questão étnica.

Temos a certeza que a concepção de educação libertadora, cunhada por Paulo Freire, deve ser examinada sistematicamente como uma ferramenta transformadora da sociedade, inclusive, para superar os dilemas do analfabetismo em Angicos na atualidade. O debate sobre o analfabetismo deve estar associado a questão étnica, especialmente em Angicos, onde os dados mais atuais apontam que 76,8% da população negra é analfabeta e apenas 0,64% concluíram o ensino superior²⁰⁴. Enfrentar o analfabetismo é parte da pauta do dia, especialmente para construir um projeto político e

203 Angicos virou exemplo mundial. Publicado no Jornal Tribuna do Norte, em 31 de março de 2013. Disponível em: < <http://migre.me/t53FA>>. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

204 Os dados são do Censo do IBGE de 2010, que apresenta que 76,8% da população negra em Angicos (1.183 pessoas) classificam-se como “sem instrução e com o fundamental incompleto”, enquanto que apenas 0,64% da população negra local (10 pessoas) concluíram o ensino superior. Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br>.

social que propicie ao próprio povo negro retificar o papel a eles atribuídos na história local.

Afora as pesquisas sobre o método Paulo Freire, que resultaram e resultam em uma extensa bibliografia e o projeto “*Angicos: suas famílias, seus mitos, sua história*”, apenas dois livros versam, de forma geral, sobre a história da cidade: “*Angicos*”, uma reedição recente de autoria de Aluizio Alves (1997) e “*Angicos ontem e hoje*”, de Maria Zélia Moreira Alves da Cunha (1992). Questões como a geografia, a economia, a pecuária, o desenvolvimento social e a vida e formação religiosa essencialmente católica da cidade são temáticas tratadas nos dois livros, que tem como característica maior de semelhança à abordagem histórico-memorialista igualmente positivista e linear²⁰⁵.

Aluizio Alves, que era jornalista e Zélia Alves, que era professora de história, foram contemporâneos, ambos nasceram em Angicos e faleceram na primeira década do século, na capital potiguar, Natal. O gosto pela atividade política é umas das semelhanças que podem ser apontadas: Zélia foi eleita prefeita da cidade e Aluizio ocupou vários cargos públicos e eletivos como Governador e Ministro de Estado na gestão dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco. Ambos escreveram sobre Angicos.

O livro *Angicos*²⁰⁶, de Aluizio Alves (1997), inspirou e lançou as bases para que Zélia Alves (1992) escrevesse *Angicos, ontem e hoje*. Aluizio foi membro da Tribuna da Imprensa no Rio de Janeiro e, em 1950, fundou a Tribuna do Norte, em Natal; no livro *Angicos*, utilizou como fontes documentos oficiais. O livro não possui explicações adensadas e profundas sobre o desenvolvimento histórico da cidade, não levanta problematizações sobre a formação social e se resume a apresentar ao leitor uma visão panorâmica. O seu mérito é o ineditismo. Nenhuma obra anterior tratou da história da cidade. O livro de Zélia (1992) apresenta imagens e algumas atualizações em relação ao livro de Alves (1997), mas é justamente o autor que trata, mesmo que superficialmente, da questão da escravidão e da legislação escravista relativas à cidade.

205 Linear no sentido que essas narrativas historiográficas não apresentam as contradições do processo de desenvolvimento histórico, não demonstra a complexidade intrínseca das transformações sociais locais, não problematiza as disputas ideológicas, e apresentam o mundo local naturalizado e estático.

206 A primeira edição foi publicada em 1940 pelos Irmãos Pongetti Editores no Rio de Janeiro, a segunda edição saiu em 1997 pela Fundação José Augusto como parte da Coleção Biblioteca Potiguar.

A narrativa de Aluízio Alves colocou metodicamente em evidência os principais personagens do poder local, representantes políticos e religiosos. A diversidade e as minorias sociais somem ou se diluem em raras passagens narrativas. Entretanto, injusto seria afirmar que a população negra não aparece citada na obra de Aluísio (1997). Quando o autor narra os acontecimentos locais frente ao avanço da legislação escravista até a abolição, o que aparece é o escravo beneficiado pela piedade cristã de seus respectivos donos. Os negros foram escondidos e quando foram citados, sempre ocuparam um lugar secundário, subalterno, silenciado e passivo. Para Aluízio Alves, a abolição foi a panaceia do povo negro e é evidente que a narrativa completamente falaciosa. Sobre o processo de libertação dos negros, marcado posteriormente pela negação de direitos e pela aprendizagem pela exclusão, esclarece Florestan Fernandes:

A liberdade funcionou como uma armadilha, que o negro só logrou perceber e enfrentar, completamente, quase meio século depois da Abolição. Nesse interregno, a sua aprendizagem raramente se deu através da participação e da ação. Ela aprendeu graças à exclusão, à provação e à frustração. Comparando-se com os outros e aferindo. Constantemente, o que lhe faltava e o que lhe negavam. Por isso, ele não surge de imediato, com a capacidade de conduzir o seu destino. Foi erguendo-se aos poucos que, tateando e errando, que colocou sobre seus ombros a tarefa gigantesca de reagir ativamente contra males perniciosos, a que a sociedade inclusive se mantinha indiferente (FERNANDES, 1978, p. 28).

O mesmo boicote que os negros sofrem na historiografia local as mulheres sofreram/sofrem, como cita Jenkins (2004, p. 26): “embora milhões de mulheres tenham vivido no passado, poucas aparecem na história”. As mulheres, para citarmos uma frase, ‘foram escondidas da história’, ou seja, sistematicamente excluídas da maioria dos relatos dos historiadores.

O que Aluízio Alves (1997) faz em *Angicos* é assumir uma postura fetichista frente aos donos de escravos, tributando elogiáveis adjetivos como bondade e piedade à moral cristã. O autor reproduz ideologicamente a versão histórica da Casa Grande sobre a escravatura, reproduz o discurso teórico da “democracia racial²⁰⁷”, de Gilberto

207 O termo denota a crença que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial. A ideia é que os brasileiros não enxergam uns aos outros através da lente da raça e não abrigam o preconceito racial em relação um ao outro. Por isso, enquanto a mobilidade social dos brasileiros pode ser limitada por

tendo em vista que falamos do final do século XIX. Também segundo o censo, todos os escravos eram analfabetos: não sabiam ler nem escrever.

O antropólogo e historiador Richard Price²⁰⁸ (2014) precisa com exatidão que “o Brasil recebeu cerca de 45% de todos os africanos trazidos como escravos para as Américas – mais do que qualquer outra nação”.

O povo negro foi completamente desumanizado no Brasil e reduzido à condição de mercadoria; humanos foram comercializados nos mais diferentes lugares em uma terra estranha e hostil. Um destes lugares onde os escravos foram vendidos e comprados foi na freguesia de São José dos Angicos, constituindo a pequena população de cativos da cidade com pouco mais de quinhentas pessoas, nos idos de 1870.

A historiografia sobre Angicos fracassou em mensurar minimamente com o mínimo de rigor o que significou a vida dos escravos na cidade. O espaço reservado para os negros na história local é ínfimo. O espaço nas esferas de poder da sociedade contemporânea é igualmente insignificante, o que implica dizer que a integração do negro na sociedade de classes, mesmo com a abolição da escravatura, avanços sociais e as cotas étnicas nas universidades, continua incompleta.

A escravidão não é uma invenção africana, embora a exploração da mão de obra escrava tenha ocorrido em grandes proporções. A venda de escravos é um antigo comércio que remonta a sociedade babilônica, de forma que, nos anos 1750 a. C., as civilizações gregas e romanas, como retrata Cristiane Nascimento²⁰⁹ (2014, p.19), ao frisar que “a escravidão representava a mais radical degradação do homem, convertido em meio de produção e privado de seus direitos sociais”.

A escravidão tem uma história social que não foi retratada na historiografia sobre Angicos e, além do lugar subalterno que é reservado ao negro na obra de Aluizio Alves (1997), prevalece uma narrativa, que de forma subliminar atesta uma “escravidão mansa” e tributa aos humanistas católicos toda bondade e piedade humana possível. Os escravos que chegaram a Angicos foram caçados na África e arrancados de suas famílias; estes tinham histórias que se perderam no tempo e que não serão contadas pelos livros de história.

208 É professor emérito de Estudos Americanos, Antropologia e História do College Of William & Mary nos EUA.

209 Cristiane Nascimento é pesquisadora da Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN) e autora da dissertação intitulada “A relação entre os portugueses e muçulmanos (1930-1974)”.

Uma história de vida repleta de reais aventuras, como a de Osifekunde, que foi nobre na África, escravo no Brasil e informante na Europa foi retratada por Aderivaldo Santana²¹⁰ (2015), mas quantas histórias de vida dos escravos em Angicos ganharam páginas de livros ou ocuparam artigos em jornais? O silêncio histórico permite que novas estratégias de desumanização e domínio tomem corpo e esconde um passado de violações que não pode ser silenciado. É neste sentido que concordamos com o filósofo Walter Benjamin²¹¹ (1987, p. 3) quando diz que “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado”.

A cidade que Aluízio apresenta em seu livro tem um percurso histórico simples, linear e sem contradições. Oculta-se a complexidade e as contradições do processo de desenvolvimento histórico, silencia-se sobre o domínio e o julgo dos proprietários de escravos sob suas mercadorias humanas. Aluízio induz o leitor desavisado a acreditar que todos os proprietários de escravos eram abolicionistas, sendo tal romantismo é pobre e falso.

Ao discutir o reflexo da promulgação da Lei dos Sexagenários²¹² em Angicos, o autor se refere a personagens locais que lutaram contra a escravidão, mas não aparecem os negros. Segundo ele:

O africano era mais empregado nos trabalhos agrícolas, que, entre nós, despertaram muito tarde. Mesmo assim, participamos da campanha abolicionista, mercê do pequeno número de cativos. (...) Podemos considerar percursos do movimento, aqui, o célebre missionário padre dr. José Maria Pereira Ibiapina, em cujas missões, realizadas desde 1862, pregava insistentemente piedade para os infelizes negros vindos d’alem mar nas torturas da escravidão. (...) E há uma nota lisonjeira para nós: quando foi decretada a Lei de 28 de setembro de 1855, muitos negros, por ela beneficiados, preferiram continuar prestando seus serviços, como se escravos ainda fossem (ALVES, 1997. p.139-140).

Os acontecimentos decorrentes da escravidão não tiveram episódios românticos como os que são ditados por Aluízio, onde apenas o homem, branco, cristão,

210 Aderivaldo Ramos de Santana é doutorando em História Contemporânea pela Universidade Paris IV – Sorbone.

211 Walter Benjamin foi ensaísta, crítico literário, tradutor e filósofo judeu.

212 A Lei dos Sexagenários foi promulgada em 28 de setembro de 1855 e concedia liberdade apenas aos escravos com mais de 65 anos. Poucos cativos viviam até os 60 anos, e por vezes os que alcançavam essa idade ficavam aleijados, cegos ou tinham sérias complicações de saúde, devido á intensa carga de trabalho e as condições desumanas de alojamento e alimentação.

protagoniza pioneiramente a luta celebre contra os males da escravidão. A visão que o autor apresenta desses desdobramentos é lançado somente sobre o homem branco. O certo é que se os escravos que foram libertos, ao alcançarem os 65 anos, “preferiram continuar prestando seus serviços, como se escravos ainda fossem”, em virtude da mendicância e da total ausência de oportunidades alternativas de sobrevivência não lhe deixarem escolhas.

O fato de alguns personagens da Igreja terem ingressado na luta abolicionista não deve apagar os graves equívocos que foram cometidos e que devêm ser analisados. A Igreja foi durante séculos proprietária de escravos, justificando-a no século XV no período das expansões marítimas e que também significaram a expansão da fé católica. “Os primeiros argumentos para a submissão de outros povos vieram sob a forma de aprovação da Igreja Católica. Através das bulas *Dum Diversas* (1452), *Romanus Pontifex* (1455) e *Inter Coetera* (1452), Roma legitimava a escravidão dos infiéis”, como relata Joice Santos²¹³ (2014).

A lógica do sistema escravista não se guia por valores morais ou éticos²¹⁴, mas se move pela obtenção sem pudores do lucro. Isso significa dizer que mesmo com a concessão de alforrias por motivos vários, o prejuízo para o senhor de escravos foi sempre zero. Refutamos a perspectiva de Aluizio sobre as dinâmicas sociais que se operaram em torno dos efeitos jurídicos da Lei dos Sexagenários. As alforrias concedidas pelo sistema escravista eram resultados de determinações socioeconômicas, as quais descartavam homens e mulheres que se tornavam obsoletos para o mundo do trabalho, como afirma Gennari:

À medida que não consegue dar conta da carga imposta pelos feitores e passa a ser considerado um peso morto no orçamento do proprietário, o negro escravo pode vir a ser alforriado, ganhando com essa suposta liberdade a igualmente dura tarefa de mendigar os meios de subsistência. Essa situação mais corriqueira é acompanhada de duas variantes: de um lado, encontramos senhores que confiam tarefas (como a criação de aves) aos cativos tornados inválidos para o trabalho e, de outro, não são poucos os que resolvem essa questão assassinando pura e simplesmente aqueles que já não rendem o esperado (GENNARI, 2008, p.17-18).

213 Joice Santos é pesquisadora da Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN) e autora da dissertação intitulada "As Embaixadas dos Reinos da Costa Africana como mediadores culturais: missões diplomáticas em Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa (1750-1823)".

214 Embora, possa utilizar-se dos valores morais e éticos de uma época como ideologia e fulcro justificativo.

A relação umbilical entre escravismo e Igreja não é mencionada por Aluizio Alves, o romantismo encobre a crueldade do genocídio. A “historiografia divulgada elimina ou escamoteia os processos mais agressivos de conquista e de dominação”, já alertara Ary Medeiros e Cacilda Machado (2011, p.12) que buscam desnudar essa historiografia, que caracterizamos como um simplismo romântico e medíocre. O abismo entre a realidade e a história retratada por Alves é abissal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aluizio. **Angicos**. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CUNHA, Maria Zélia Moreira Alves. **Angicos ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Grafitto Gráfica e Editora LTDA, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Vol. 2. São Paulo: Ática, 1978.

GADOTTI, Moacir. **Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois**. Revista de Informações do Seminário – RISA, Angicos/RN, v. 1, n1, p.47-67, janeiro/junho. Edição Especial. Angicos: UFERSA, 2013.

GENNARI, Emilio. **A busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. **O fim, a contragosto**. Dossiê Tráfico de Escravos. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10. Nº. 108. Novembro/2014. Rio de Janeiro: Revista de História, 2014.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Francisco Ary Fernandes de. MACHADO, Cacilda da Silva. **Angicos: suas famílias, seus mitos, sua história.** Projeto de Pesquisa da Escola de Serviço Social da UFRN. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história: perfis e contrapontos.** São Paulo: Globo, 2010.

NASCIMENTO, Cristiane. **Antigo comércio.** Dossiê Tráfico de Escravos. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10. Nº. 108. Novembro/2014. Rio de Janeiro: Revista de História, 2014.

NOVACK, George. **Para la comprender la historia.** Tradução de Marta Campos. Buenos Aires: Ediciones Pluma, 1975.

PRINCE, Richard. **Outras bandeiras do lucro infame.** Tradução de Rodrigo Elias. Dossiê Tráfico de Escravos. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10. Nº. 108. Novembro/2014. Rio de Janeiro: Revista de História, 2014.

SANTANA, Aderivaldo Ramos de. **Destinos de Osifekunde.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10. Nº. 118. Rio de Janeiro: Revista de História, 2015.

SANTOS, Joice. **Em nome do pai, do filho e da Real Fazenda.** Dossiê Tráfico de Escravos. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10. Nº. 108. Novembro/2014. Rio de Janeiro: Revista de História, 2014.